

## RIVALIDADES REGIONAIS E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: considerações sobre um exemplo político-autofágico no Oeste Catarinense

Ludimar Pegoraro \*

### Resumo

Considerando que a educação é um bem público, cuja oferta é de obrigatoriedade do Estado, esse texto analisa a implementação de políticas autofágicas<sup>1</sup> de educação superior no Oeste de Santa Catarina. Para demonstrar esse movimento tomamos como exemplo a criação da Federação de Fundações do Meio-Oeste Catarinense (FEMOC), que se constituiu, posteriormente, no Projeto da Universidade Regional do Meio-Oeste Catarinense (UNIMOC), tendo como finalidade a aglutinação de forças para impedir a criação da Universidade Federal do Oeste de Santa Catarina, em Chapecó, em agosto de 1980. O trabalho destaca que a educação superior catarinense tinha uma configuração *sui generis* no País. Possivelmente, era o único estado brasileiro com esse modelo. Até final da primeira década do terceiro milênio existiam duas universidades públicas gratuitas centralizadas na Capital do Estado e, para as demais regiões, um sistema fundacional associado: a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), com ensino pago e cursos oferecidos, na grande maioria dos casos, no período noturno e frequentados por estudantes trabalhadores. O Projeto FEMOC/UNIMOC, na época, impediu a ampliação dos espaços públicos e gratuitos para a região. O método utilizado para a pesquisa foi estudo de caso. O trabalho está fundamentado em estudos bibliográficos e de campo, fazendo uma abordagem descritiva e qualitativa. Para coleta dos dados, utilizaram-se as técnicas de entrevista e análise de documentos. As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido. A análise dos documentos faz relações com as entrevistas. O trabalho visa oferecer elementos que contribuam para a compreensão dos fenômenos que, a partir da análise dos contextos, influenciaram na definição de políticas de educação superior em Santa Catarina. No Oeste catarinense, o que poderia ser um exemplo de avanço, foi de retrocesso.

**Palavras-chave:** Educação superior. Políticas públicas. Modelo catarinense. FEMOC/UNIMOC.

### Introdução

A História não é feita por um homem, por grande que seja. A História não é um soneto nem é um solitário. A História é feita por muitos: por grupos humanos apetrechados para tal.

Claro, claro; para fazer o que é possível, basta querer. Tudo depende da plenitude com que se entenda esse fácil vocábulo. É fácil dizer e mesmo pensar que se quer; mas é difícil, muito difícil, querer de verdade.

José Ortega y Gasset (2003)

---

\* Doutor em Educação e Professor da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e da Universidade do Planalto Catarinense.

<sup>1</sup> A expressão político-autofágica pretende alertar para a direção das decisões quando da implantação de políticas educacionais de educação superior no Oeste catarinense. A autofagia é uma forma de autodestruição do tecido social que, nesse caso, por tratarmos de decisões políticas que, por natureza, penderiam para escolhas abertas, que beneficiam a coletividade, são mais de cunho privado.

A implantação de políticas educacionais de educação superior, no Oeste de Santa Catarina, tem sua origem no final dos anos de 1960 e início de 1970. Para demonstrarmos as implicações desse processo, elaboramos esse texto especificando o período de expansão da educação superior no Estado, desde seu início até nossos dias. Nesse tempo será destacado o Projeto da Federação de Fundações do Meio-Oeste Catarinense (FEMOC), criado em agosto de 1980.<sup>2</sup> A FEMOC foi se estruturando e, no final dos anos de 1980, se transformou no projeto de criação da Universidade do Meio-Oeste Catarinense (UNIMOC). Esses projetos, em função das disputas político-regionais, foram abortados.<sup>3</sup>

Este trabalho é resultante de pesquisas bibliográficas e de campo. As informações de campo foram coletadas por meio de entrevistas e análises de documentos.

Para a constituição das análises desses fenômenos, esse trabalho estará dividido em duas partes interdependentes. Na primeira, enfocaremos, brevemente, a educação superior em Santa Catarina e, na segunda, detalharemos o nascimento da ideia e o desenvolvimento do projeto FEMOC/UNIMOC. Para finalizar, em cada parte do texto, faremos considerações, apresentando, a partir do contexto, as implicações sociais dessas políticas.

## A educação superior em Santa Catarina

Santa Catarina criou a primeira instituição de educação superior, o Instituto Politécnico, com os cursos de Odontologia, Farmácia, Engenharia e Comércio, em 1917, em Florianópolis. Mais tarde, entre 1940 e 1960, outras instituições surgiram, entre elas destacamos as Faculdades de Ciências Econômicas, de Odontologia e Farmácia, de Filosofia, de Medicina e de Serviço Social (Hawerth, 1999, p. 39). A criação dessas faculdades segue uma característica predominante no País: são criadas isoladamente. A aglutinação dessas faculdades contribuiu para a criação de muitas universidades (Sampaio, 2000), especialmente no setor privado. Em solo catarinense, com a junção dessas faculdades e cursos deu-se a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1960. A UFSC foi criada na capital do Estado e vai permanecer na ilha até final da primeira década do terceiro milênio, quando em 2009, a partir do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das

---

<sup>2</sup> A criação da federação foi resultante da aglutinação de forças das instituições de educação superior da região para impedir a criação da Universidade Federal do Oeste de Santa Catarina, que teria como sede a cidade de Chapecó.

<sup>3</sup> Maiores detalhes sobre a FEMOC e as rivalidades regionais estão na tese de doutorado de: PEGORARO, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13279>>. Acesso em: 5 fev. 2012.

Universidades Federais (REUNI), Instituído pelo Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, cria três novos campi, Araranguá, Joinville e Curitiba. Também em 2009, com base no REUNI, foi criada a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), envolvendo os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

A UFSC foi a única instituição pública gratuita, no Estado, desde sua criação até 1989. Em 1965 foi criada a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), que só teria isenções de mensalidade a partir de 1989, após a aprovação e promulgação da Constituição Federal, em 1988, e a reforma da Constituição Estadual, em 1989.

Quando falamos de educação superior em Santa Catarina, a partir dos anos de 1960, necessariamente precisamos nos referir ao Sistema Fundacional.<sup>4</sup> Foi a partir de meados dos anos de 1960 e início de 1970 que surgiu um número significativo de instituições isoladas, em municípios de médio e pequeno portes e que, mais tarde, vieram a se constituir num Sistema de Educação Superior Integrado,<sup>5</sup> compreendendo, ainda hoje, a maior parte das vagas oferecidas para os cursos superiores.

Cimadon (1988, p. 16-17), ao se referir à questão da expansão da educação superior em Santa Catarina, destaca o sistema fundacional municipal e assim se expressa:

A expansão do Ensino Superior, que se concentrou no período de 1968 a 1976, orientado por um liberalismo governamental e por rivalidades regionais, se concentrou na criação de Fundações Educacionais, instituídas pelas Prefeituras, mas mantidas pelas mensalidades dos alunos. Neste particular, o modelo de ensino superior catarinense é diferente de outros estados e o único que, praticamente, não oferece à população o acesso à formação com gratuidade. É o ensino mais elitizado do país. Não obstante, são as Fundações que formam 90% da mão de obra à Educação Catarinense.

No sentido de podermos analisar melhor o surgimento das fundações e, conseqüentemente, a expansão da educação superior catarinense, apresentamos, abaixo, um quadro que relaciona as instituições, o ano e o município-sede onde foram criadas.

---

<sup>4</sup> No Brasil foram criadas muitas fundações, mas não com as características das do Estado de Santa Catarina. Aqui elas são criadas por interesse da sociedade civil e com a participação dos poderes públicos municipais com a finalidade de oferecer educação superior nessas regiões.

<sup>5</sup> Essa estruturação confere ao Estado uma configuração *sui generis* no que se refere à educação superior. Desde 1989 até 2009, tivemos duas universidades públicas localizadas na Capital do Estado e, para as demais regiões, com algumas exceções, um sistema fundacional associado, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), com ensino pago e cursos oferecidos, na grande maioria dos casos, no período noturno e frequentado por estudantes que trabalhavam o dia todo como forma de autossustentação. A criação de um sistema integrado, em substituição ao papel do Estado, era única no País.

Quadro 01: Fundações Educacionais de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina criadas nos anos de 1964 a 1976.

<b>Instituição</b>	<b>Sigla</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Local/Cidade</b>
1. Fundação Educacional da Região de Blumenau	FURB	1964	Blumenau
2. Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina	FESSC	1964	Tubarão
3. Fundação Joinvillense de Ensino	FURJ	1965	Joinville
4. Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense	UNIPLAC	1965	Lages
5. Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	1965	Florianópolis – Joinville – Lages
6. Faculdade de Administração de Empresas do Alto Vale do Itajaí	FEDAVI	1966	Rio do Sul
7. Fundação Educacional de Criciúma	FUCRI	1968	Criciúma
8. Fundação Universitária do Oeste Catarinense	FUOC	1969	Joaçaba
9. Fundação Educacional do Planalto Norte Catarinense	FUNPLOC	1970	Canoinhas
10. Fundação de Ensino do Pólo Geoeducacional do Vale do Itajaí	FEPEVI	1970	Itajaí
11. Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste	FUNDESTE	1971	Chapecó
12. Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe	FEMARP	1971	Videira
13. Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe	FEARPE	1971	Caçador
14. Fundação Educacional do Norte Catarinense	FUNORTE	1971	Mafra
15. Fundação Educacional de Brusque	FEBE	1973	Brusque
16. Fundação Educacional Barriga Verde	FEBAVE	1974	Orleans
17. Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense	FEAUC	1976	Concórdia

18. Fundação Educacional do Planalto Catarinense	FEPLAC	1976	Curitibanos
19. Fundação Educacional Regional Jaraguense	FERJ	1976	Jaraguá do Sul

Fonte: PEGORARO, 2006.

Está na origem da maior parte dessas instituições a crença de que a educação superior seria a mola propulsora para o desenvolvimento regional, por isso, segmentos da sociedade, entre eles, empresários, igrejas e outras organizações sociais, passam a se articular no sentido de implantar instituições de educação superior para suas regiões. São criados, no país, os mais variados tipos de instituições seguindo diferentes modelos e ordem, mas não com a característica catarinense de fundações municipais associadas a um sistema. É, para Santa Catarina, o primeiro estágio da implantação das futuras universidades. O segundo passo viria nas décadas seguintes, 1980 e 1990, quando essas instituições se transformariam em universidades.

Analisando o quadro acima, observamos que as 19 instituições foram criadas num período de treze anos, sendo que a maior parte delas, onze, foi criada entre os anos de 1970 a 1976. Fazem parte de um mesmo modelo de criação, fundações criadas por lei municipal, que pelo fato de serem projetadas pelo Estado são, na sua origem, de direito público, embora os municípios instituintes não assumissem, integralmente, seus custos. Esse modelo é *sui generis* no País pelo fato de serem públicas e cobrarem mensalidades. Mais tarde, por questões diversas, os municípios deixaram de repassar esses recursos. Como a verba repassada pelos municípios não era suficiente para a manutenção das instituições, tiveram, então, desde sua criação, que cobrar mensalidades.<sup>6</sup> Outro dado importante a ser considerado é que todas nasceram isoladamente e a partir do oferecimento de um ou dois cursos superiores. Não por acaso, em sua grande maioria, eram cursos voltados para a formação de professores, com baixo custo e com menor exigência de infraestrutura. Em grande parte, esses cursos eram planejados para satisfazer as necessidades do Estado que tinha carência de pessoal habilitado para atender aos outros níveis de ensino.

Outro fator a ser considerado foi a distribuição das instituições em municípios de pequeno e médio portes e que apresentavam um grande poderio econômico. Esse poder

---

<sup>6</sup> Fazia parte dos estatutos de criação das fundações a previsão de repasse de recursos, por parte do município instituinte, que poderia variar, de um município para outro, de 2 a 5 por cento do orçamento bruto.

econômico possibilitou condições para que as organizações da sociedade civil pressionassem os municípios, maior poder local, para a criação das fundações (Ricken, 1981).

Na medida em que essas faculdades vão ganhando corpo, surge a intenção de melhorar sua *performance*. Isso se dá concomitantemente em todas as instituições, pois as demandas eram representativas e movidas pelas necessidades e problemas semelhantes. A forma encontrada para alcançar tais objetivos foi implantar uma associação que representasse as instituições de educação superior no Estado. Isso agilizaria a solução de problemas comuns, bem como ordenaria a expansão da educação, evitando a duplicação de esforços para fins idênticos. Assim, foi instituída, em 1974, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), que hoje coordena grande parte das políticas educacionais das fundações no Estado.

Também faz parte do Sistema ACAFE a UDESC. A implantação da UDESC, em 1965, no Governo Celso Ramos, fez parte do Plano de Governo de Estado, que via na criação dessa instituição pública a possibilidade de expansão econômica e de desenvolvimento do Estado. Foram planejados alguns cursos estratégicos, a grande maioria deles centrado na Capital. Apenas a cidade de Joinville, de início, por ser um polo industrial, foi contemplada e, mais tarde, em 1973, Lages também passou a oferecer um curso. Só em 2003, por conta das pressões políticas, é que o Estado se preocupou em oferecer ensino gratuito no Oeste, nos municípios de Chapecó, Pinhalzinho e Palmitos.

Com o aumento da procura por cursos superiores, as Fundações Educacionais, no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, passaram a pleitear a sua transformação em universidade. Para melhor visualizar esse processo, apresentamos, abaixo, um segundo quadro que mostra a transformação das instituições em universidades, acompanhadas dos respectivos anos dos reconhecimentos.

Quadro 02: Transformação das fundações em universidades

<b>Fundação</b>	<b>Instituição Universitária</b>	<b>Sigla</b>	<b>Reconhecimento</b>
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	1965
FURB	Universidade Regional de Blumenau	FURB	1986
FEPEVI	Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	1989
FESSC	Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	1989
FUOC	Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	1995

FEMARP FUNDESTE			
FURJ	Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	1996
FEARPE FUNPLOC FUNORTE FEAUC FEPLAC	Universidade do Contestado	UnC	1997
FUCRI	Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	1997
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense	UNIPLAC	1999
FERJ	Centro Universitário de Jaraguá do Sul	UNERJ	2000
FEDAVI	Universidade da Região do Alto Vale do Itajaí	UNIDAVI	2001
FUNDESTE	Universidade Comunitária Regional de Chapecó	UNOCHA PECÓ	2002
FEBE	Centro Universitário de Brusque	UNIFEBE	2003
UnC–Caçador	Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	UNIARP	2009

Fonte: PEGORARO, 2008.

Considerando o quadro 01, comparativamente com o quadro 02 e a trajetória histórica das fundações, podemos observar que houve uma redução no número de fundações, instituições isoladas, em relação ao número de universidades. O motivo da redução está relacionado à aglutinação de instituições que, para cumprir legalmente as condições necessárias para o encaminhamento dos processos e obtenção do reconhecimento como universidade, deveriam apresentar um maior número de cursos ou áreas de conhecimento. Como isoladamente não era possível atender as exigências, a saída foi criar uma nova instituição que congregasse as fundações pretendentes ao reconhecimento.

Outra análise, que pode ser feita, refere-se ao período (ano) em que essas instituições se transformam em universidades. Com exceção da UDESC, as demais universidades são reconhecidas a partir da segunda metade da década de 1980, período em que as políticas neoliberais começam a influenciar as decisões do Governo Federal e dos Estados. De forma mais acentuada, deliberadamente, favorece a aglutinação de instituições privadas, especialmente do terceiro setor, fortalecendo o argumento de Fernandes (2002), o qual afirma que são instituições públicas, porém administradas de forma privada, mas não são

particulares.

A UDESC é a única instituição pertencente ao sistema ACADEMIA que oferece educação superior gratuita. Conforme já destacamos, ela assumiu a característica de instituição pública de direito público somente em 1989. Entre as instituições analisadas, é a única criada pelo Estado. Até a Constituição de 1989, de Santa Catarina, ela era mantida como as demais, cobrando mensalidades. A partir da Constituição, atendendo ao que determina o Art. 169, que trata do ensino superior e o Art. 39 das Disposições Transitórias, e por pressões dos estudantes e professores que cobravam do Estado maior participação com investimentos na educação superior gratuita, a UDESC passou à forma de fundação pública mantida pelo Estado. As demais instituições, pertencentes ao sistema ACADEMIA, também foram criadas por órgãos públicos, que são os municípios, sendo igualmente públicas, e no princípio, também, de direito público. Só mais tarde migraram para direito privado e, por isso, não poderiam ter cobrado mensalidades anteriormente. Foram e são, porém, administradas/gestadas de forma privada. Para resolver esse problema, na Constituição de 1988, foi incluído o artigo 242 no Capítulo das Disposições Constitucionais Gerais,<sup>7</sup> que regularizou a cobrança de mensalidades. Na Constituição Estadual de 1989, também, foi incluído o artigo 170 que fixou recursos do orçamento do Estado Catarinense para o Sistema Fundacional, demonstrando, mais uma vez, sua interdependência.

O crescimento dessas instituições é notório e visível. Desde 1975, data em que a maioria das fundações estava associada ao sistema ACADEMIA, até 2004, as matrículas tiveram um aumento de onze vezes. Passaram de 15.359 para 173.872. No período de 2000 a 2003, as matrículas nas fundações representavam 68,9 %, as instituições privadas 20,5% e a Universidade Federal de Santa Catarina 10,7% das vagas oferecidas para cursos de educação superior. Com relação ao número de cursos, abrangendo os cursos sequenciais, graduação, especialização, mestrado e doutorado, as fundações passaram de 964 em 2001 para 1.190 em 2003. Em 2004, as fundações estão presentes em 69 das 293 cidades catarinenses.<sup>8</sup>

Não há como negar, por um lado, que o sistema ACADEMIA desenvolveu e tem uma representatividade significativa na trajetória político-educacional superior no Estado, porém, por outro lado, é possível, também, ponderar que esse modelo, de certa forma, abafou e/ou diluiu as ideias, as iniciativas e os movimentos por ensino público gratuito para a maior parte

---

<sup>7</sup> Art. 242. O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta constituição, que não sejam total ou parcialmente mantidas com recursos públicos. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (Constituição 1988).

<sup>8</sup> ACADEMIA (2004). Perfil ACADEMIA 30 anos. Florianópolis: ACADEMIA.

dos municípios do interior do Estado. Um exemplo importante, nesse particular, é o projeto FEMOC/UNIMOC que passaremos a descrever.

## Projeto FEMOC/UNIMOC e as rivalidades políticas

Para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo, isto é, a visão de mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos.

Pierre Bourdieu (1990)

A reconstituição da história do Projeto da FEMOC/UNIMOC foi um desafio, uma vez que grande parte da documentação pertencente ao processo não foi mais localizada e apenas dois documentos foram disponibilizados pelos dirigentes que respondiam pelo processo: a Carta-Consulta do Projeto UNIMOC e um livro que trata da caracterização da região de abrangência do projeto FEMOC. Preocupados com o resgate e compreensão dos fatos que constituíram esse momento histórico, realizamos entrevistas com os ex-dirigentes que fizeram parte desse processo. Alguns fizeram parte desde seu início e outros entraram no decorrer, mas todos o acompanharam até o final ou até a morte da ideia. Para coleta de dados foram realizadas quatro entrevistas, em junho de 2005, uma em cada fundação envolvida. Os ex-dirigentes entrevistados foram: Aristides Cimadon<sup>9</sup> (C), Hermorgenes Balena<sup>10</sup> (B), Nelson Roque Denardi<sup>11</sup> (D) e Nilson Thomé<sup>12</sup> (T). Essa pesquisa de campo, na ocasião, fazia parte da nossa tese de doutorado, em realização na UFRGS, e a finalidade do trabalho era, além do resgate histórico, também fazer uma análise da FEMOC, considerando as suas perspectivas e ressaltando as possíveis intervenções da extinta instituição no que se refere ao desenvolvimento regional. O estudo estava dividido nos seguintes aspectos: a) Gênese e localização do projeto FEMOC/UNIMOC; b) Principais atores e manutenção dos projetos; c) Elaboração do projeto UNIMOC, as rivalidades e a morte da ideia; d) Novos projetos de universidades e suas repercussões para a educação superior no Brasil; e) Como os entrevistados analisam, hoje, a extinção do projeto em relação ao desenvolvimento regional.<sup>13</sup>

<sup>9</sup> Aristides Cimadon - Ex-dirigente da FUOC-Joaçaba, hoje, UNOESC, e atual Reitor da UNOESC.

<sup>10</sup> Hermorgenes Balena - ex-dirigente da FEAUC-Concórdia, hoje, UnC-Concórdia.

<sup>11</sup> Nelson Roque Denardi - ex-dirigente da FEMARP-Videira, hoje, UNOESC (Coordenador da Federação por oito anos).

<sup>12</sup> Nilson Thomé - ex-dirigente Administrativo da FEARPE e da ex-UnC-Caçador. A UnC-Caçador, em 2009, desligou-se da UnC e constituiu um projeto próprio de universidade denominado de Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

<sup>13</sup> Todos estes tópicos estão disponíveis para análise em: PEGORARO, Ludimar. *Terceiro setor e a educação superior no Brasil: compromisso social das fundações em Santa Catarina, o caso Universidade do Contestado*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do

No princípio do nosso trabalho, porém, foi possível identificar outra questão que, a nosso ver, era significativa e representativa no que concerne às implicações ou impedimentos da expansão de políticas públicas gratuitas de educação superior em Santa Catarina. Por isso, aqui, nossa intenção é analisar o projeto FEMOC/UNIMOC no contexto dessas políticas.

Como constatamos no tópico anterior, em Santa Catarina, somente na capital existia política pública gratuita para educação superior, até o final de 2009. Apenas Joinville e Lages tiveram o privilégio de ter educação superior desenvolvida pela UDESC, mesmo assim insipientes no número de cursos e vagas. O restante do Estado era atendido pelas fundações, um sistema composto por instituições públicas não-estatais, que para se manter precisavam cobrar mensalidades. Por este motivo – para cobrar mensalidades e manter a privatização dessas instituições – preferiu-se, conforme concluiu nossa análise do Projeto FEMOC/UNIMOC, impedir a criação da Universidade Federal do Oeste de Santa Catarina, em Chapecó, em 1980. Essa opção, com base em uma análise sociológica, constituiu-se em algo estranho e motivo de destaque no contexto político-educacional brasileiro.

A ideia de criação de uma universidade no Meio-Oeste catarinense, com vistas à melhoria da educação superior na região, partiu de duas iniciativas: a primeira delas aconteceu em 1974, promovida por Dom Orlando Dotti que, além de ser o Bispo Diocesano de Caçador, também era idealizador e diretor da FEARPE, na mesma cidade. Membro do Conselho Estadual de Educação e com experiências em educação superior advindas de sua passagem pela UNIJUÍ, de Ijuí-RS, Dom Orlando pensou, de forma pioneira no Estado, em fazer uma Federação de Instituições no Meio-Oeste Catarinense, envolvendo as fundações de Caçador, Videira e Joaçaba. O Prof. Nelson Roque Denardi (2006), que na ocasião trabalhava em Caçador, relata sua participação nesse processo:

Dom Orlando pediu para eu fazer esse processo, por que eu já tinha experiência, em São Paulo, sobre federação. Eu comecei a trabalhar. Visitei Joaçaba, falei com Caçador, pois eu era professor em Caçador e Videira. Falei com as direções e eles aceitaram a ideia, mas todos eles com uma condição, que a sede fosse na cidade deles. Cada um queria a sede pra si e todos queriam mais uma condição, que o diretor executivo fosse indicado por eles.

Esse embrião de Federação, que mais tarde deveria se constituir em universidade, morreu seis meses depois por absoluta falta de desprendimento e excesso de bairrismos dos dirigentes. Todos apoiavam a ideia, mas todos queriam ser ou indicar o dirigente maior,

---

Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13279>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

levando para seus municípios a sede da instituição. Como não houve abdicação desses interesses particulares em favor dos interesses coletivos, a ideia do projeto não vigorou.

Mais tarde, com novos dirigentes e percebendo que as instituições do Meio-Oeste eram muito frágeis em relação a Florianópolis, Blumenau, Itajaí e Tubarão, resolveram, em comum acordo, unir esforços para criar uma nova federação. O início desse acordo se deu num encontro sobre educação superior, realizado em Chapecó-SC, em agosto de 1980, promovido pela UFSC e o MEC. Prof. Aristides Cimadon (2006) identifica o início desse processo:

A origem verdadeira da FEMOC se deveu a um seminário que aconteceu em Chapecó, em 1980, quando se pretendeu construir uma instituição no Oeste de Santa Catarina, que abrigasse todas as instituições aqui envolvidas, que seriam essas instituições do Vale do Rio do Peixe, mais a FUNDESTE de Chapecó. E lá, com a FUNDESTE, se pretendia, nesse seminário, criar uma universidade federal no Oeste de Santa Catarina, envolvendo Chapecó.

Estavam participando desse encontro em Chapecó, além dos dirigentes locais, a UFSC e o MEC, os dirigentes das fundações de Caçador, Joaçaba, Videira, Concórdia e Canoinhas. Como a intenção do encontro era, tendo como base a fundação sediada em Chapecó,<sup>14</sup> criar mais uma universidade federal em Santa Catarina, em que Chapecó absorveria as demais fundações do Meio Oeste e Oeste do Estado, as lideranças do Meio-Oeste, presentes, preocupadas com o desaparecimento de suas instituições de origem, lideradas pelo prof. Francisco Ansiliero, da FUOC de Joaçaba, reuniram-se e fizeram uma contraproposta de criação de universidade federal no Meio-Oeste a partir da federalização das fundações aí existentes. Os professores Denardi (2006) e Cimadon (2006), na ordem, a seguir, relatam o fato da seguinte forma:

Nós percebemos todo o golpe que estaríamos recebendo, desaparecendo como instituições educacionais. À noite, nos reunimos os dirigentes, de Caçador, Joaçaba, Videira, Concórdia e Canoinhas, e fizemos uma minuta de intenções, propondo a criação de uma Federação de Fundações Educacionais do Meio-Oeste Catarinense. Constituiu-se uma federação daquelas instituições que estavam no Vale do Rio do Peixe para, em conjunto, também, aqui, fazer frente à ideia de se constituir uma universidade federal em Chapecó e, fazê-la no Vale do Rio do Peixe, que tinha uma densidade populacional maior do que a região de Chapecó.

---

<sup>14</sup> A fundação de Chapecó é denominada de FUNDESTE - Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste. Mais tarde, em 1990, após o rompimento do projeto FEMOC, fez parte do projeto de universidade, juntamente com Joaçaba e Videira, da UNOESC. Em 2002, desassociou-se e constituiu um projeto próprio de universidade, a UNOCHAPECÓ.

A proposta que se ventilava naquele encontro era a de regionalização da educação superior, pública gratuita, para o Meio-Oeste e Oeste do Estado, a partir de Chapecó. Como houve uma contraposição das Fundações do Meio-Oeste na criação da federal no Oeste, esse projeto, também, não teve continuidade. Os bairrismos e interesses regionalizados prevaleceram, fazendo sucumbir uma ideia que, do ponto de vista social, como alerta Chaui (2001), ao se referir a universidade como instituição social, poderia ser mais significativa, embora não fosse da mesma forma, para a existência e permanência das fundações. Denardi (2006) relata o final do encontro:

Com a apresentação da minuta, acabou o seminário, pois foi por terra toda a proposta que eles tinham feito, isso por que nós estávamos nos unindo em torno da FEMOC. A partir daí, a ideia da FEMOC tomou conta, por que nós precisávamos, realmente, sobreviver.

Se, de um lado, os bairrismos não deixaram vingar a ideia de uma universidade federal no Oeste do Estado, por outro lado, fizeram surgir uma federação que passou a coordenar os trabalhos das fundações do Meio-Oeste, até a constituição do projeto da UNIMOC, que só se efetivou em 1990.

O projeto FEMOC teve dez anos de duração, de 1980 até 1990. No final dos anos de 1990 foi elaborado o Projeto UNIMOC, transformando a FEMOC em universidade. Tudo foi organizado e elaborado conforme as exigências legais. A Carta Consulta estava tecnicamente elaborada, faltava resolver as questões políticas. Por ser uma questão polêmica, os responsáveis pelo processo deixaram para decidir por último o local onde deveria ser a sede da pretensa universidade que congregaria as fundações de Caçador, Joaçaba, Videira e Concórdia. Como não foi possível um consenso, esse projeto também foi abortado dando origem a duas novas universidades, a Universidade do Contestado (UnC), congregando as fundações de Caçador, Concórdia, Curitibanos, Canoinhas e Mafra, e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) congregando as fundações de Joaçaba, Videira, Chapecó, Xanxerê e São Miguel do Oeste.

Mais uma vez os interesses regionais e particulares prevaleceram sobre os coletivos. É evidente que nesse caso a repercussão não foi tão contundente quanto o do impedimento da criação da Universidade Federal do Oeste de Santa Catarina. Somente agora, em 2009, 30 anos depois, com a criação UFFS é que este equívoco social foi parcialmente reparado.

## Considerações finais

Considerando as circunstâncias dos acontecimentos, é perceptível que o projeto FEMOC sobrepujou a criação de uma instituição pública que, do ponto de vista social, teria muito mais relevância do que conservar o sistema existente, mantido pelas mensalidades pagas pelos estudantes. Embora as instituições parceiras tivessem sido criadas pelos municípios de origem, portanto, de cunho essencialmente público, seus dirigentes não as viam dessa forma e obstaculizaram a criação de uma universidade federal (Mészáros, 2005). Em síntese, poderíamos dizer que prevaleceu o modelo de instituição pública, com administração privada, brecando a criação da instituição totalmente pública. Portanto, esse é um exemplo em que houve a privatização do público, sendo a própria sociedade civil, por suas instituições, que bloqueou o surgimento do público gratuito. Isso se tornou interessante porque o produto das parcerias, conforme Santos (2006), deveria resultar no fortalecimento da ideia da criação da universidade federal, mas não foi isso que aconteceu. Para Szazi (2004, p. 54), a ideia de um “setor social”, como é o caso das fundações educacionais de Santa Catarina, em contraposição ao Estado e ao mercado, gera um discurso homogeneizado, com uma forte tendência a eliminar os conflitos inerentes às dinâmicas de nossa sociedade civil. A ideia de terceiro setor, a partir da lógica de mercado, sob a visão neoliberal, e por intermédio de organizações sem fins lucrativos, as chamadas entidades filantrópicas, tem sido utilizada como uma substituição do papel do Estado em questões sociais.

A questão público/privado é sempre complexa. Santa Catarina, ao optar por um modelo público municipal, baseado em fundações, com certa autonomia jurídico-financeira e, portanto, com cobrança de mensalidades, sentiu-se descomprometida de criar universidades públicas gratuitas. Isso impossibilitou que houvesse processos diferenciados de educação superior no Estado, os quais poderiam ter desenvolvido programas sociais que possibilitassem a criação de alternativas de desenvolvimento.

Outra consideração que pode ser apresentada sobre os interesses públicos sendo preteridos pelos privados é que existe certa confusão entre as questões públicas e privadas, misturando interesses. Essas relações são, a nosso ver, relações viciosas e viciadas. O que vemos, é um paradigma que, fundamentalmente, privatiza o público. Se buscássemos relações virtuosas, como afirma Santos (2006), poderíamos observar totalmente o contrário. Seria o privado, nesse caso, as fundações se transformando em entidades totalmente públicas. Esse seria o nosso entendimento, a nossa defesa, uma relação que, politicamente, poderíamos chamar de progressista, em que o movimento seria em favor do público, colocando o privado a serviço do bem público. Não foi isso, no entanto, que pudemos observar. Inventar-se o pretexto de estar trabalhando por um bem público, quando, na verdade, se o está privatizando.

## REGIONAL RIVALRIES AND UNDERGRADUATE EDUCATIONAL POLICIES: remarks on a political-self destructive example in the west of Santa Catarina state, Brazil

### Abstract

Considering that education has public purpose and it is a government obligation, this paper analyzes the implementation of self-destructive policies in the undergraduate education in the west of Santa Catarina state, Brazil. In order to demonstrate this movement, it was taken, to exemplify, the creation of the Federation of Foundations of the Middle-west of Santa Catarina (FEMOC), that soon became the project of the Santa Catarina Middle West Regional University (UNIMOC). Its objective were to join power to avoid the creation of the Federal University of the West of Santa Catarina in August of 1980, in Chapecó city. The paper emphasizes that the Santa Catarina state undergraduate education had a *sui generis* configuration, probably unique in Brazil. There were two public universities in the state by the end of the first decade of the third millennium, both located in the state capital, Florianópolis. In the other regions, there was an associated foundational system called Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), where students had to pay, and, almost always, classes were offered at evening for students that used to have a job during the day. At that time, the project FEMOC/UNIMOC did not permit to increase free public areas in the region. The methodology used for this research was a case study. The study is based on bibliographic and field studies, with descriptive and qualitative approaches. Data were obtained in interviews and documents analysis. The interviews followed a pre-established schedule. The documents analysis establish relationships with de interviews. The paper looks to offer elements that may contribute for understanding the phenomena that influenced the definition of policies for the undergraduate education in Santa Catarina. In the west of the state, what could be an example of improving, it was retrogression.

**Keywords:** Undergraduate education. Public policies. Santa Catarina state model. FEMOC/UNIMOC.

### Referências

ACAFE – *Perfil ACADE 30 anos* (2004). Florianópolis: ACADE.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Poder Simbólico. In: \_\_\_\_\_ (1990). **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense.

BRASIL. Constituição 1988.

BRASIL. Decreto Nº 6.096, de 27 abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

CHAUÍ, Marilena (2001). *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP.

CIMADON, Aristides (1988). *A natureza Jurídica das fundações criadas pelo poder público*. Joaçaba: UNOESC.

CIMADON, Aristides. A criação da FEMOC/UNIMOC. Joaçaba: 2006. Entrevista concedida a Ludimar Pegoraro.

DENARDI, Nelson. A criação da FEMOC/UNIMOC. Joaçaba: 2006. Entrevista concedida a Ludimar Pegoraro.

FEMOC. Federação das Fundações Educacionais do Meio Oeste Catarinense (1984). *Caracterização da Região da FEMOC: Subsídios para uma proposta educacional*. Porto Alegre: Avangraf.

FERNANDES, Rubens C. (2002). *Privado, porém público: o terceiro setor na América*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

GASSET, José Ortega Y. (2003). *Missão da Universidade: e outros textos*. Coimbra-PT: Angelus Novus.

HAWERROTH, Jolmar Luis (1999). *A expansão do ensino superior nas universidades do sistema fundacional catarinense*. Florianópolis: Insular.

MÉSZÁROS, István (2005). *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.

PEGORARO, Ludimar (2008). *Terceiro setor e a educação superior no Brasil: compromisso social das fundações em Santa Catarina, o caso Universidade do Contestado*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PEGORARO, Ludimar. O terceiro Setor e o ensino superior no Brasil: o sistema fundacional catarinense. In: PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Vera Maria; PEGORARO, Ludimar (2006). *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 179 - 215.

RICKEN, Inácio (1981). *Planejamento do ensino superior: sua aplicação ao sistema das IES Fundacionais de Santa Catarina*. Florianópolis, 1981. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Curso de Pós-Graduação em Administração/CSE, Universidade Federal de Santa Catarina.

SAMPAIO, Helena (2000). *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec; FAPESP.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2006). *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.

UNIMOC (1990). *Carta Consulta*. Joaçaba: FEMOC.

**Recebido em:** fevereiro de 2012

**Aprovado em:** abril de 2012